

— Posta a votos, é aprovada a emenda n. 13, de fls. 146, salvo o parágrafo 4.º.

— Posta a votos, é rejeitado o parágrafo 4.º.

— Posta a votos, é aprovada a emenda n. 16, de fls. 155.

— Posta a votos, é aprovada a emenda n. 17, de fls. 160.

— Posta a votos, é aprovada a emenda n. 20, de fls. 163.

— Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda "D", de fls.

187.

— Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda "E", de fls. 188.

— Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda "I", de fls. 192.

— Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda "K", de fls. 203.

— Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda "O", de fls. 208.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda "Q", de fls. 218.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda "R", de fls. 219.

O SR. PRESIDENTE — Serão votadas agora as sugestões de emendas apresentadas na Comissão de Finanças.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda n. 2, de fls. 246.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda n. 4, de fls. 248.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda n. 35, de fls. 301.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda n. 37, de fls. 314.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda n. 38, de fls. 15.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emendas n. 42, de fls. 320.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emendas n. 43, de fls. 324.

Posta a votos, é aprovada no seu artigo 1.º, de emenda n. 44, de fls. 325.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda n. 45, de fls. 327.

Posta a votos, é aprovada a sugestão de emenda n. 53, de fls. 336, salvo o último artigo e seu parágrafo único.

Posto a votos, é rejeitado o último artigo e seu parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência colocará em votação agora as sugestões de emendas requeridas pelo nobre deputado Costabile Romano.

Posta a votos, é rejeitada a sugestão de emenda n. CF-8.

Posta a votos, é rejeitada a sugestão de emenda n. CF-15.

O SR. PRESIDENTE — Serão votadas agora as sugestões de emendas apresentadas pelo nobre deputado Rui de Almeida Barbosa.

Posta a votos, é rejeitada a sugestão de emenda n. CF-25.

Posta a votos, é rejeitada a sugestão de emenda n. CF-4.

Vamos colocar em votação as sugestões de emendas do nobre deputado Antônio Sampaio. (Pausa.) A emenda "O" já foi apreciada pela Casa e aprovada.

Postas a votos, são rejeitadas, sucessivamente, as sugestões de emendas CF-48, CF-49, CF-50, CF-51 e CF-53.

Posta a votos, é rejeitada a sugestão de emenda CF-14.

O SR. COSTABILE ROMANO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental. Os Srs. Secretários procederão à chamada. Os Srs. deputados que rejeitarem a sugestão de emenda CF-14, do nobre deputado Costabile Romano, deverão responder "não"; os que a aprovarem deverão responder "sim".

E' feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à verificação de votação 29 Srs. deputados. 27 responderam "sim" e 2 responderam "não". Não há quorum para o prosseguimento da presente sessão. A Presidência, antes de encerrá-la, convoca os Srs. deputados para a sessão ordinária de amanhã, às 14 horas. Está decretada a presente sessão.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

# IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

## FOLHETOS E SEPARATAS A VENDA

Compras a dinheiro: Secção de Vendas. Rua da Glória, 346 — Compras mediante Empenho: apresentar a Nota de Empenho à Rua da Glória, 358 e retirar o material à Rua da Glória ns. 891/893

### DECRETOS, LEIS E PORTARIAS DO ESTADO

DECRETO N. 5.195 (14 de setembro de 1931) — Uniformiza o processo para imposição e cobrança de multas em virtude de infrações de leis e regulamentos cuja execução está a cargo da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio e repartições anexas. DECRETO N. 6.302 (22 de fevereiro de 1934) — Dispõe sobre o comércio de adubos e de produtos destinados à alimentação de animais domésticos. DECRETO N. 6.391 (12 de abril de 1934) — Altera disposições do Decreto n. 6.302 de 22 de fevereiro de 1934 dispondo sobre o comércio de adubos e de produtos destinados à alimentação de animais domésticos. 6,00

DECRETO N. 5.885 (21 de abril de 1933) — Estabelece medidas de ajustamento a nova situação criada pelo Código de Educação e dá outras providências sobre o ensino. 13,00

DECRETO N. 6.283 (25 de janeiro de 1934) — Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. 7,00

DECRETO N. 8.053 (28 de dezembro de 1938) — Estabelece novo regulamento para a execução das obras públicas em geral no Estado. LEI N. 3.726 (15 de janeiro de 1957) — Fixa limite dispensa de concorrência na execução de obras ou serviços. DECRETO N. 28.406 (15 de maio de 1957) — Altera o § 2.º do art. 36 do regulamento de obras públicas do Estado (DECRETO N. 8.053, de 28-12-1938). 18,00

DECRETO N. 12.427 (29 de dezembro de 1941) — Consubstancia novas disposições relativas à carreira do Magistério Público primário e dá outras providências. 4,00

DECRETO N. 12.800 (8 de julho de 1942) — Aprova as diretrizes gerais e programas de ensino para as Escolas práticas de Agricultura. 13,00

DECRETO-LEI N. 13.156 (30 de dezembro de 1942) — Estabelece disposições relacionadas com execução orçamentária do Estado e dá outras providências. DECRETO-LEI N. 13.163 (31 de dezembro de 1942) — Estabelece medidas de caráter financeiro. DECRETO-LEI N. 13.168 (31 de dezembro de 1942) — Dispõe sobre formas de liquidações escrituradas e pagamentos de despesas de exercícios encerrados e dá outras providências. DECRETO-LEI N. 13.229 (11 de fevereiro de 1943) — Dispõe sobre adiantamento e suprimentos de fundos. Prestação e tomada de contas em geral e dá outras providências. 4,00

DECRETO-LEI N. 14.916 (6 de agosto de 1945) — Lês de Terra seguido de ligeira análise de seus pontos capitais. 6,00

DECRETO-LEI N. 15.642 (9 de fevereiro de 1946) — Aprova o Regulamento do Policiamento da Alimentação Pública. 70,00

DECRETO N. 18.504 (18 de fevereiro de 1949) — Dá novo regulamento aos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 35.º, 38.º, 53.º, 54.º da Lei 185 de 13 de novembro de 1948 (Imposto de Vendas e Consignações). 6,00

DECRETO N. 21.115 (29 de dezembro de 1951) — Dá regulamentos aos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 9.º, 12.º, 13.º, 35.º, 36.º, 37.º e 57.º da Lei 1.297 de 6-11-51; modifica, o regulamento para o recolhimento em parcelas do imposto, transmissão de propriedade imobiliária "Inter-Vivos" e dá outras providências. 4,00

DECRETO N. 23.240 (5 de abril de 1954) — Consolida as disposições legais vigentes sobre processo administrativo e baixa instruções. 9,00

DECRETO N. 26.570 (12 de outubro de 1956) — Regulamenta o Ensino Profissional Livre de acordo com a Lei n. 3.344 de 12 de janeiro de 1954. 6,00

DECRETO-LEI N. 25.530 (19 de setembro de 1959) — Aprova o Estatuto dos Ferroviários das Estradas de Ferro de propriedade e Administração do Estado. 17,00

LEI N. 1 (18 de setembro de 1947) — Dispõe sobre a Organização dos Municípios. 7,00

LEI N. 1.452 (26 de dezembro de 1951) — Dispõe sobre os concursos públicos para provimento de cargos iniciais de carreira e isolados. DECRETO N. 21.406 (19 de maio de 1952) — Regulamenta a realização dos concursos de que trata a Lei n. 1.452 de 26 de dezembro de 1951. DECRETO N. 21.514 (26 de junho de 1952) — Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto n. 21.406 de 19 de maio de 1952. 4,00

LEI N. 2.456 (30 de dezembro de 1953) — Dispõe sobre o Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado para o quinquênio 1954-1958 e dá outras providências. 70,00

LEI N. 2.484 (16 de dezembro de 1953):

a) — Lei Orgânica dos Municípios;

b) — Excertos da Constituição do Estado referente aos Municípios. 3,00

LEI N. 3.672 (29 de dezembro de 1956) — Altera a legislação do Imposto de Selo sobre os atos regulados por lei estadual os serviços de sua justiça e os negócios de sua economia e dá outras providências. LEI N. 3.684 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre o pagamento de Imposto sobre Vendas e Consignações e dá outras providências. LEI N. 3.688 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências. 30,00

DECRETO N. 27.139 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Selo sobre os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia. 10,00

LEI N. 4.832 (4 de setembro de 1956) — Dispõe sobre a substituição de regime de pecúlio obrigatório vigente no Instituto de Previdência do Est. do por pensão mensal e dá outras providências. 10,00

LEI N. 5.017 (16 de dezembro de 1958) — Dispõe sobre a realização dos concursos e provas de habilitação para provimento de cargos públicos de carreiras ou isolados e dá outras providências. 10,00

LEI N. 5.465 — Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências. 8,00

LEI N. 5.588 (27 de janeiro de 1960) — Dispõe sobre aumento de vencimentos e salários dos servidores civis bem como os da Guarda Civil de São Paulo e da Força Pública do Estado e dá outras providências. 15,00

ATO N. 10 (27 de janeiro de 1950) — Regimento Interno dos Ginásios e Colégios Estaduais. 6,00

ATO N. 10 (24 de fevereiro de 1956) — Dispõe sobre o Regimento Interno dos Institutos de Educação subordinados ao Departamento de Educação. 13,00

ATO N. 21 (10 de março de 1949) — Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normas. 4,00

ATO N. 46 — 3.º Ano (26 de julho de 1949) — Programa para o Ensino Primário Fundamental. 13,00

ATO N. 65 (29 de agosto de 1950) — Programa para o Ensino Primário Fundamental Comum de Desenho, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Canto, Educação Sanitária e Educação Física. 25,00

ATO N. 35 — 5.º Ano (22 de abril de 1950) — Programa para o Ensino Primário Fundamental. 70,00

### DIVERSOS

ASSISTENCIA MEDICA ESCOLAR — DIVULGAÇÃO DE HIGIENE ESCOLAR — Dr. Francisco Figueira de Melo. 6,00

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Promulgada em 9 de julho de 1947. 21,00

MANUAL DO DEPUTADO. 80,00

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA REGIMENTO DE CUSTAS — Tabela de custas devidas inicialmente ao Estado escrivão e à Ordem dos Advogados. 16,00

REGIMENTO INTERNO DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — Resolução n. 1 de 10 de setembro de 1936. 6,00

### DECRETOS LEIS E PORTARIAS FEDERAIS

DECRETO-LEI N. 5.894 de (20 de outubro de 1948) — Código de Caça e Pesca e outras leis decretos e Portarias referentes ao Código de Caça e Pesca. DECRETO-LEI N. 794 (18 de outubro de 1938) — Código de Pesca. 10,00

DECRETO-LEI N. 1.202 (8 de abril de 1939) — medida sobre o uso de medidas e instrumentos Dispõe sobre a administração dos Estados e Municípios. DECRETO-LEI N. 3.511 (21 de maio de 1943) — Altera e modifica disposições sobre a administração dos Estados e Municípios. 4,00

DECRETO-LEI N. 1.608 (15 de setembro de 1939) — Código de Processo Civil. 35,00

DECRETO-LEI N. 2.848 (7 de dezembro de 1940) — Código Penal. 60,00

DECRETO-LEI N. 3.688 (2 de outubro de 1941) — Lei das Contravenções Penais. DECRETO-LEI N. 3.689 (2 de outubro de 1941) — Código de Processo Penal. 3,00

DECRETO-LEI N. 4.657 (4 de setembro de 1942) — Lei de Introdução do Código Brasileiro. 3,00

DECRETO-LEI N. 5.186 (13 de janeiro de 1943) — Regula o uso da ortografia simplificada em todo País. DECRETO-LEI N. 20.108 (15 de junho de 1951) — Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada de idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. DECRETO-LEI N. 23.028 — Torna obrigatório o uso da ortografia resultante de acordo entre a Academia de Letras e Academia Das Ciências de Lisboa. DECRETO-LEI N. 293 (23 de fevereiro de 1938) — Regras para acentuação gráfica. 10,00

DECRETO-LEI N. 5.452 (1.º de maio de 1943) — Consolidação das Leis do Trabalho. 25,00

LEI N. 605 (5 de janeiro de 1949) — Repouso semanal remunerado e pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos. 3,00

CONSTITUIÇÃO FEDERAL — Promulgada em 18 de setembro de 1946. 3,00

PORTARIAS NS. 170 e 172 (11 e 15 de julho de 1942) — Programa de Português para o Curso Ginasial. 3,00

### PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO N. 3.052 (28 de dezembro de 1955) — Aprova Consolidação das Posturas Municipais. 55,00

LEI N. 4.066 (14 de junho de 1951) — Institui Normas relativas à admissão, direitos, deveres e responsabilidades dos extranumerários diaristas e tarefeiros. 6,00

LEI N. 4.615 (13 de janeiro de 1956) — Regula as condições gerais das edificações. 16,00

PELO CORREIO — PORTE MEDIANTE CONSULTA PRÉVIA — NOS CHEQUES VISADOS, VALES OU ORDENS ENVIADOS NÃO DEVEM CONSTAR NOMES OU CARGOS, MAS APENAS

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO  
ESTA REPARTIÇÃO NÃO PODE FAZER FORNECIMENTOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL